

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
CENTRO DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - CEPPAD
PROGRAMA AVANÇADO EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA
PROJETO TÉCNICO
PROFº JOÃO CARLOS DA CUNHA

UNIDADE DE ORIENTAÇÃO A PROJETOS - UFPR

IVAN PEDRO HOMMERDING
LUCIANA DE CÁSSIA HILGEMBERG

Handwritten signature and initials, possibly 'J.C.' or 'J.C.D.C.', written in black ink.

CURITIBA
NOVEMBRO DE 1998

SUMÁRIO

RESUMO.....	02
INTRODUÇÃO.....	03
1. Identificação.....	04
2. Objetivo Geral.....	04
2.1 Objetivos Específicos.....	04
3. Justificativa.....	05
4. Propostas.....	06
4.1 Proposta de Banco de Dados sobre agências de cooperação técnica-financeira.....	06
4.2 Proposta de Curso de Negociação em Projetos.....	14
4.3 Roteiro de Manual Básico para Negociação de Projetos.....	17
4.4 Proposta de Estrutura Organizacional.....	19
4.5 Viabilidade da Implantação de uma Unidade de Orientação a Projetos.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

RESUMO

Este projeto tem como objetivo a implantação de uma unidade de orientação a projetos na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Esta unidade teria basicamente as seguintes atribuições: o encaminhamento e a negociação de projetos junto a agências financiadoras, o acompanhamento e a avaliação de projetos durante a sua execução, a manutenção de cadastros sobre agências de cooperação técnica e financeira, a orientação para apresentação de projetos e relatórios.

Para tanto apresentam-se duas propostas de estrutura organizacional, onde esta unidade poderia estar vinculada. A primeira analisa a possibilidade da criação de uma nova fundação ou da reestruturação da já existente para atender a comunidade universitária envolvida em projetos nas atribuições destacadas acima.

A outra possibilidade, mais viável, seria instituir esta unidade aproveitando os recursos da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, a qual prevê em seu regimento interno uma Coordenadoria de Projetos e Relações Internacionais com atribuições que poderiam englobar a assessoria e orientação a projetos.

Para complementar esta iniciativa de estimular o apoio a projetos e a captação de recursos extra-orçamentários, propõe-se ainda: tornar disponível através da Internet uma banco de dados sobre agências de cooperação técnica-financeira e a institucionalização de uma curso básico de treinamento em negociação de projetos, com 20 horas de duração, acompanhado de uma proposta de manual sobre este tema que seria colocado a disposição dos servidores técnicos-administrativos e docentes da UFPR envolvidos com projetos.

Por último, procurou-se atestar a viabilidade técnica, política e administrativa dessa iniciativa, destacando-se a importância de se ampliar o papel da prestação de serviços da Universidade e a conseqüente captação de mais recursos.

INTRODUÇÃO

Este termo de referência desenvolvido pelo economista Ivan Pedro Hommerding e pela Bel. em letras Luciana de Cássia Hilgemberg, como pré-requisito para disciplina Projeto Técnico do Curso de Gestão Universitária, propõe a implantação de uma unidade de orientação a projetos para UFPR, no sentido de promover a captação de recursos extra-orçamentários para a instituição.

Tendo em vista a escassez de recursos destinados às IFES e a perspectiva de autonomia universitária, a captação de recursos extra-orçamentários junto à iniciativa privada, entidades governamentais, não governamentais e agências de cooperação técnica-financeira nacionais e internacionais, apresenta-se como uma alternativa para tornar a UFPR mais ágil e mais equilibrada financeiramente.

E para promover essas ações, prevê-se a formação de uma assessoria na elaboração, negociação e contratação do projetos que bem orientada ampliará o papel da prestação de serviços da Universidade, possibilitando a prospecção de novas fontes de recursos e ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento das atividades da Universidade.

1. IDENTIFICAÇÃO

Unidade de orientação a projetos.

2. OBJETIVO GERAL

Implantar uma unidade voltada à orientação de projetos e captação de recursos para a UFPR.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propor um banco de dados sobre agências de cooperação técnica-financeira;
- Elaborar um manual básico para negociação de projetos;
- Propor curso de treinamento em negociação de projetos;
- Propor estrutura organizacional;
- Verificar a viabilidade desse projeto.

3. JUSTIFICATIVA

Nos últimos quatro anos o orçamento global da UFPR situou-se, em média, em R\$ 300 milhões. No mesmo período, as despesas com custeio tiveram um aumento de 40%, enquanto que as receitas permaneceram praticamente constantes.

Esta situação obrigou a Universidade a cortar gastos e adiar investimentos.

Do lado da receita, observou-se que a participação dos recursos captados através de convênios representaram em média, nos últimos quatro anos, 11% do valor do orçamento global da Universidade. Um valor pequeno se comparado às outras IFES do mesmo porte da UFPR, e que demonstra que de um modo geral, a Universidade encontra-se na dependência direta dos repasses dos recursos do Governo Federal.

Atualmente, a UFPR possui uma unidade denominada Escritório de Relações Externas, que promove algumas iniciativas na área de captação de recursos, cooperação técnico-científica, cooperação internacional e cooperação nacional.

Também são captados recursos para a Universidade através de projetos intermediados pela CAPES e pelo CNPq, além dos recursos obtidos por meio de convênios pela FUNPAR.

Todas estas iniciativas são válidas e demonstram que a captação de recursos é uma das preocupações da Universidade, embora nem sempre essas ações tragam recursos extraordinários à instituição.

Diante desse quadro e tendo em vista a perspectiva da autonomia universitária é que se propõe a implantação de uma unidade de orientação a projetos para a UFPR.

Esta unidade, denominada Coordenadoria de Projetos teria as seguintes atribuições:

- O encaminhamento e a negociação de projetos junto a agências financiadoras;
- A atuação integrada com os órgãos de cooperação internacional da UFPR para elaboração e proposição de projetos a agências e instituições estrangeiras;
- O acompanhamento e a avaliação dos projetos durante a sua execução, a elaboração de relatórios e a divulgação dos resultados;
- A proposição de modificações e a suplementação dos recursos necessários para conclusão de projetos;
- A manutenção de cadastros sobre agências de cooperação técnica e financeira;
- A orientação para apresentação de projetos e relatórios;
- A promoção de estudos sobre as potencialidades institucionais e setoriais da Universidade;
- A articulação com fundações e apoio, núcleos interdisciplinares e outros órgãos da UFPR envolvidos com projetos;

4. Propostas

4.1 Proposta de Banco de Dados sobre agências de cooperação técnica-financeira

A idéia básica desse objetivo é formar e tornar disponível à comunidade universitária da UFPR um banco de dados contendo informações básicas sobre as principais agências de cooperação técnica-financeira.

Nesse sentido, procurou-se cadastrar agências que financiam projetos nas áreas de ciência e tecnologia e que tenham como objetivo a geração, difusão e uso do conhecimento.

Para tornar disponível estas informações, pretende-se inicialmente colocá-las na forma de links na home page da PROPLAN, separando-se as fontes em: nacionais, internacionais e de apoio às IFES. Cada link dará acesso via Internet a página de cada uma das fonte de financiamento.

Instituições como o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico tem disponível em sua home page um guia de fontes de financiamento à ciência e tecnologia que se encontra em sua 10ª edição, e pode ser copiado (download) para um computador e posteriormente impresso.

Numa segunda etapa, estuda-se a possibilidade da formação de um banco de dados sobre fontes de financiamento desenvolvido e mantido pela própria Universidade em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que disponibiliza uma metodologia orientando a coleta, a estruturação, organização e recuperação de informações em Guias de Fontes de Informação, de forma padronizada e descentralizada.

Fontes de Financiamento pesquisadas:

Fontes de âmbito Nacional

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**

O BNDES tem por missão ser um instrumento para o desenvolvimento econômico e social do País, atuando como agente de mudanças com visão de longo prazo, objetivando a construção de uma economia competitiva em benefício da população brasileira.

Para este fim, o BNDES possui os seguintes produtos que atendem às necessidades de financiamento à C & T:

- Financiamento à Empresa – FINEM – financiamento de operações de investimento fixo e de capital de giro associado;
- BNDES Automático. Destina-se ao financiamento de operações de empresas privadas até R\$ 3.000.000,00;
- FINEM e o BNDES Automático possuem linhas específicas à Capacitação Tecnológica e Qualidade e Produtividade;
- FINAME Automático e FINAME Especial. Destinado a aquisição de máquinas e equipamentos novos fabricados no País;
- Financiamento à Importação de Máquinas e Equipamentos – Destinado ao financiamento da importação de máquinas e equipamentos;
- CONTEC – Condomínio de Capitalização de Empresas de Base Tecnológica. Tem como finalidade o apoio, através de subscrição de valores mobiliários, a pequenas e médias empresas de base tecnológica, em fase de implantação, extensão e desenvolvimento.

- Comissão Nacional de Energia Nuclear – **CNEN**

A atuação da CNEN na área de fomento à ciência e tecnologia se dá de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Energia Nuclear.

As modalidades de apoio a C & T são: Pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento tecnológico de produtos e serviços, bem como a formação de recursos humanos, para o setor nuclear.

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **CNPq**

O CNPq visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, a formação de recursos humanos, a produção e difusão de informação em C & T para ensino e pesquisa em todas as áreas do conhecimento e em setores prioritários e estratégicos, de acordo com a Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

Programas Básicos: Bolsas individuais (modalidades: produtividade em pesquisa, pesquisador visitante, desenvolvimento científico regional, recém-doutor, pós-doutorado,

Bolsas por quota (mestrado e doutorado, aperfeiçoamento/pesquisa, apoio técnico à pesquisa, iniciação científica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, Estágio-Sênior, pós-doutorado, Doutorado Sandwich, Doutorado, Pesquisa de Campo no Brasil, Aperfeiçoamento/Especialização, Projeto integrado de pesquisa), Auxílios individuais (pesquisador visitante, participação em eventos científicos, promoção de eventos científicos, projeto de pesquisa, editoração).

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**

Custeia projetos de pesquisa agropecuária de interesse da própria Embrapa, desenvolvendo pesquisas de interesse da Instituição em assuntos específicos que excedam a capacidade operacional da Empresa. Modalidades de Apoio à C & T: financiamento para custeio de pesquisa agrícola.

- Financiadora de Estudos e Projetos – **FINEP/FNDCT**

A FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, é o Banco de financiamento à ciência e tecnologia do País. Oferece condições de financiamento extremamente atraentes no fomento e apoio a estudos, pesquisas, projetos e programas que visem à geração, difusão e uso do conhecimento.

Com o propósito de fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico do país e ampliar sua competitividade, a FINEP aplica recursos através de duas modalidades básicas: financiamento (reembolsável, em condições atraentes de crédito para empresas), não-reembolsável (para Universidades, Instituições de Pesquisa e Entidades sem fins lucrativos), Investimento/participação (cujo retorno é definido pela participação da FINEP nos resultados), prestação de garantias (a FINEP concede garantias às empresas de consultoria de engenharia para participação em licitações).

Principais produtos por clientes: Empresas Brasileiras, Públicas ou Privadas (desenvolvimento tecnológico, gestão da qualidade, pré-investimento, educação para a competitividade, gestão ambiental, feiras e eventos tecnológicos), Apoio às empresas de setores estratégicos e de base tecnológica – ENGETEC – Permitir a melhoria das condições de gestão financeira para as empresa de áreas estratégicas, Apoio às micro e pequenas empresas com fundo de garantia de crédito – AMPEG, Apoio tecnológico às micro e pequenas empresas – PATME.

Universidades, Instituições de Pesquisa e Entidades sem fins lucrativos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja finalidade é apoiar programas e projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos, visando o desenvolvimento do potencial científico e tecnológico nacional, além de financiar a instalação e equipamentos de centros e laboratórios de pesquisa que constituem a infraestrutura básica de C & T no País. Seminários e Eventos Científicos.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja finalidade é ampliar, melhorar e consolidar a competência técnico-científica nacional, através da

formação e a capacitação de recursos humanos e pelo fortalecimento da infra-estrutura de apoio e de serviços essenciais ao bom desempenho das atividades de C & T, estabelecendo mecanismos adequados de interação entre os setores acadêmico e industrial.

- Fundação Banco do Brasil – **FBB**

A FBB absorveu as atividades do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica –FIPEC, além de continuar incentivando a área científico-tecnológica, promovendo o desenvolvimento das pequenas comunidades urbano-rurais através do Fundo de Desenvolvimento Comunitário – FUNDEC, oferecendo suporte às iniciativas nos campos da saúde e assistência social, educação, cultura, recreação e desporto. Modalidades de apoio à C & T: pesquisa básica e aplicada, difusão e transferência de tecnologia.

- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **CAPES**

Como órgão responsável pela coordenação do sistema nacional de pós-graduação, vem promovendo a formação de recursos humanos altamente qualificados, nas diferentes áreas de conhecimento, visando à melhoria do sistema educacional no seu conjunto e a expansão da capacidade nacional de ciência e tecnologia

Atividades e programas desenvolvidos:

- Implantação, acompanhamento e avaliação de cursos.
- Coleta de dados junto aos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* no País.
- Atividades junto aos colegiados e de consultorias.
- Programas no País:
 - Programa de Capacitação de Docentes e Técnica;
 - Programa de Demanda Social;
 - Mestrado Interinstitucional;
 - Programa de Apoio a pós-graduação e Taxas Acadêmicas;
 - Taxas Escolares;
 - Programa de Recuperação de Cursos de pós-graduação;
 - Programa de Apoio à Integração pós-graduação/Graduação;
 - Programa de Reengenharia do Ensino de Engenharia;
 - Programa de Especial de Treinamento;
 - Programa de Capacitação de Professores de Ciências e Matemática;
 - Programa de pós-graduação *Lato Sensu*;
 - Programa Especiais de Formação e Capacitação de RH em áreas prioritárias;
 - Programa de Apoio à Evento no País;
 - Projeto Norte de pós-graduação.

- Programas com Exterior:

- Programa de pós-graduação no Exterior e Eventos de Curta Duração;
- Auxílio para Participação em Eventos de Curta Duração;
- Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior;
- Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior;
- Programa de Cooperação Internacional para Intercâmbio Institucional;
- Acordos de Cooperação Internacional para Intercâmbio Individual;
- Programa de Professores Visitantes Alemães em Universidades Brasileiras;
- Programa Estudantes-Convênio de pós-graduação.

- Fundo de Desenvolvimento Tecnológico – **FDT**

Vinculado à Eletrobrás, o FDT apoia projetos e atividades científicas e tecnológicas, com recursos próprios, visando ao desenvolvimento integrado do setor de energia elétrica, com vistas ao atendimento da extensão do sistema e à adequada manutenção das instalações, nas áreas de geração, transmissão e distribuição.

Setores apoiados: engenharia civil, hidráulica, elétrica, energias alternativas, conservação de energia elétrica, meio ambiente, recursos naturais e recursos hídricos.

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**

Estudos e pesquisas nas áreas de monitoramento ambiental, biodiversidade, zona econômica exclusiva, manejo e conservação dos recursos naturais e gestão e tecnologia ambiental. Modalidade de apoio a C & T: pesquisa básica/aplicada e informação científica e tecnológica.

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **PADCT III**

O PADCT III é um programa especial do governo brasileiro, administrado pelo MCT, e operacionalizado pelo CNPq, FINEP e CAPES.

Setores apoiados: a) componente de ciência e tecnologia, b) componente de desenvolvimento tecnológico, c) componente de suporte setorial.

- Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas – **RHAE**

Destina-se a conceder apoio financeiro para a formação de recursos humanos no País e no exterior, mediante a apresentação de projetos relevantes ao desenvolvimento tecnológico do País. Modalidades de apoio a C & T: bolsas de curta duração: estágio/treinamento – no País e no exterior; especialista visitante.

Bolsas de longa duração: iniciação tecnológica industrial; treinamento – no País; desenvolvimento tecnológico industrial; especialista visitante.

Bolsas de longa duração no exterior.

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – **SEBRAE**

O SEBRAE é uma sociedade civil sem fins lucrativos, transformada em serviço social autônomo, com competência para planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades, com o objetivo de promover o acesso das Micro e Pequenas empresas às tecnologias desenvolvidas e/ou conhecidas pelas entidades da infra-estrutura tecnológica do País – universidades, institutos de pesquisas tecnológicas, escolas técnicas, dentre outras – para solução de problemas específicos de empresas.

Modalidades de apoio à C & T: solução de problemas específicos de produção focados em necessidades tecnológicas; avaliar a viabilidade técnica de inovações tecnológicas.

Programas: SEBRAEtec, AMPEG – Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas com Garantias de Crédito, PATME – Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas.

- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – **SETI/PR**

A SETI/PR tem por função definir, coordenar e executar as políticas de ciência, tecnologia e ensino superior do Estado do Paraná, atuando também como órgão financiador mediante contrapartida a convênios federais. Modalidades de apoio à C & T: Programa de apoio ao aperfeiçoamento de professores de 2º grau de matemática e ciências; Programa sul de pós-graduação – Paraná.

Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior

- Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura – **FUNPAR**

A FUNPAR atua, gerindo programas e projetos, através de acordos com organizações públicas e privadas, trazendo importantes contribuições ao desenvolvimento da pesquisa científica, tecnologia e ensino na UFPR.

Além disso são suas atribuições: viabilizar recursos técnicos, gerenciais e financeiros para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; conceder bolsas de estudo e pesquisa; prestar serviços técnicos, científicos e administrativos, fornecendo mão de obra a instituições públicas e privadas.

Em 1995 foi criado o Escritório de Relações Externas – ERE com o objetivo de servir como elo de ligação com a comunidade em geral, pesquisando e avaliando oportunidades e necessidades de cooperação, propondo e estabelecendo projetos e acordos, viabilizando as políticas e objetivos da UFPR.

Programas de atuação do ERE: cooperação técnica-científica, acordo de cooperação e intercâmbio, apoio a projetos ALFA (Programa América Latina Formação Acadêmica).

Fontes de âmbito internacional

- Banco Interamericano de Desenvolvimento – **BID**

As atividades de cooperação técnica e particularmente CT/Intra do banco têm a finalidade de contribuir para a transferência de conhecimentos e experiências que podem ser relevantes para os esforços de desenvolvimento econômico e social dos países membros em vias de desenvolvimento.

Modalidades: cooperação técnica e empréstimos.

Setores apoiados: energia, agropecuária, educação e cultura, saúde e nutrição, assistência social, habitação e saneamento, indústria, mineração, transporte, comunicação, desenvolvimento urbano e regional, meio ambiente e recursos naturais e recursos do mar.

- Comissão par o Intercâmbio Educacional entre EUA e Brasil – **Comissão Fulbright**

Proporciona bolsas de estudo, pesquisa e docência a brasileiros nos Estados Unidos e americanos no Brasil.

Modalidades de apoio a C & T: Bolsas para brasileiros (mestrado, doutorado sanduíche, pós-doutorado, *non degree* – preservação e divulgação de Bens culturais; cidadania participativa; bolsas Humphrey/administração pública e área correlatas).

Para americanos (professores visitantes – pós-graduação, doutorado sanduíche).

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **CNPq**

As atividades de cooperação internacional desenvolvidas na Superintendência de Cooperação Internacional – SCI e o CNPq são realizadas utilizando-se quatro mecanismos de aproximação com parceiros internacionais.

A celebração de convênios bilaterais com instituições congêneres de outros países, a participação em programas multilaterais, e as afiliações às instituições internacionais governamentais ou não governamentais (federações, associações, conselhos internacionais etc.), cuja representação é assegurada através do pagamento de contribuições anuais a essas entidades.

Modalidade de apoio à C & T: através dos convênios poderão ser concedidos auxílios ou bolsas no exterior.

- Organização Pan-Americana da Saúde – **OPA/OMS**

A OPAS apóia atividades de desenvolvimento científico e tecnológico vinculadas aos acordos de cooperação técnica firmados com os países membros. O programa de subvenções a investigação em saúde (PSI) colocou em execução a partir de 1997 as seguintes estratégias de promoção e financiamento:

- Projetos colaborativos de tipo multicêntrico;
- Concursos regionais;
- Programa de formação avançada de investigadores em saúde pública;
- Programa de pesquisa e capacitação em biotecnologia;
- Programa de apoio a teses de pós-graduação.

Modalidades de apoio à C & T: pesquisa e desenvolvimento.

4.2 Proposta de Curso de Negociação em Projetos

Este curso tem por finalidade capacitar servidores públicos da UFPR, envolvidos em projetos, da classe dos Técnicos-administrativos e docentes, para que estes possam atuar efetivamente na negociação de projetos, aplicando seus passos metodológicos na busca de mais recursos para Universidade

1. Identificação

1.1 Título

Treinamento em Negociação de Projetos

1.2 Órgão Promotor e Executor

Universidade Federal do Paraná - UFPR

1.3 Período

Data do início e término do curso – a combinar

1.4 Carga Horária

20h/aulas - das 8:00 h às 12:00 h de 2ª a 6ª feira

1.5 Local

Dependências da Universidade Federal do Paraná
End. Rua XV de Novembro 1299

1.6 Clientela

1.6.1.

Número total de vagas : 20 vagas

Categoria funcional : Servidores Públicos da UFPR envolvidos com projetos da classe de Técnico Administrativos com curso superior e docentes.

Unidade de lotação : Servidores Públicos da UFPR

2. Descrição

2.1 Justificativa :

O curso destina-se à sedimentação de princípios e técnicas essenciais voltadas à negociação estratégica de projetos. O programa será apresentado em um módulo básico, apoiado por uma moderna tecnologia de ensino e por conceitos propedêuticos :princípios básicos para compreender a dinâmica e os processos de inovação organizacional; visão de paradigmas contemporâneos e que influenciam as organizações; uma abordagem em negociação e sua prática nas organizações.

2.2 Objetivos

2.2.1. Geral: Desenvolver no aluno, suas habilidades como negociador de projetos;

2.2.2. Específicos: - dotar o aluno de referencial teórico indispensável para o êxito em Negociação de Projetos;
- treinar o Servidor Público para negociar projetos e obter um resultado melhor do que obteria se não negociasse;

2.3. Metodologia: aulas expositivas , apostiladas e reforçadas com exercícios práticos aplicáveis à formulação estratégica na negociação de projetos.

2.4. Frequência

Deverão ser utilizados os critérios de frequência mínima de 100%

2.5 Avaliação

Ao final do curso será aplicada uma avaliação de reação que poderá ser constituída de uma simulação ou teste de perfil de negociador.

Ao final do curso , o participante será capaz de:

- Compreender os principais instrumentos de negociação de projetos;
- Conhecer e aplicar os passos metodológicos para a negociação de projetos;
- Simular a negociação de um projeto e de sua matriz de monitoramento.

2.6. Custos : valor por aluno : R\$ 170,00

3. Recursos

3.1. Humanos

Instrutores – a contratar

1 Módulo de 20 horas/ aula - valor R\$ 3.000,00

Anexar RG, CPF

Curriculum Vitae

Solicitação de contrato

3.2. Didáticos

3.2.1. Equipamentos

Uso de retroprojektor para transparências

a) Financeiros

INSUMOS	QUANTIDADE	VALOR (em R\$)
Pessoal	01 instrutor, 01 secretário	3000,00
Espaço físico	Dependências da UFPR	-
Material didático	25 Apostila (Xerox)	200,00
Equipamentos	01 Retroprojeter	-
Material de consumo	2kg de café, 2kg açúcar, 200 copinhos descartáveis	20,00
TOTAL		3.220,00

2. Coordenação

A coordenação será realizada pelo docente responsável pelo desenvolvimento do curso.

5. Aprovação

100% de frequência e nota mínima 7,0

4.3 Roteiro de Manual Básico para Negociação de Projeto

Fundamental para qualquer atividade que envolva a busca de recursos junto a agências de cooperação técnica-financeira, este manual de negociação tem por finalidade situar os agentes envolvidos com projetos, quanto às qualidades e conhecimentos mínimos, necessários que um negociador de projetos deve possuir para a eficácia na negociação de recursos.

Como fonte de informações para a elaboração desse roteiro foram consultados profissionais da área de negociação de projetos via Internet.

A proposta básica de estrutura para o manual de negociação em projetos apresenta os seguintes tópicos:

1. Definições e Conceitos
 - Convênios
 - Programas e Ações de Governo
 - Projeto, Atividade e Eventos de duração certa
2. Condições básica para a solicitação de recursos
3. Plano de trabalho e plano de atendimento
4. Formalização de convênios
5. Procedimentos após o recebimento dos recursos
6. Prestação de contas
7. Fontes de financiamento
8. Como obter apoio financeiro para seus projetos
 - Consulta prévia
 - Solicitação de Financiamento

9. A quem encaminhar projetos
10. Informações para contratação
11. Modalidades de financiamento
12. Os principais aspectos da negociação de projetos
13. Roteiro para avaliação da negociação
14. Informação e o planejamento: Técnicas e processos de negociação

Este manual, contendo o roteiro básico deverá ser elaborado por especialistas em negociação de projetos e ficará a disposição, gratuitamente, de toda comunidade da UFPR que tenham interesse ou necessidade em negociar algum projeto com agências de financiamento e cooperação técnico-financeira.

Em princípio, não se prevê custo para o manual, uma vez que tanto a sua elaboração como a edição, seriam custeadas por recursos da própria Universidade, como forma de estímulo à elaboração de projetos, a maior integração da instituição com a sociedade e a geração de mais verbas para o orçamento.

Inicialmente, prevê-se a impressão de 500 exemplares, com aproximadamente 60 folhas em uma cor, capa em três cores, tamanho A4. A impressão ficaria a cargo da imprensa Universitária.

Para elaboração deste manual pretende-se convocar a comunidade universitária para discutir o seu conteúdo e rastrear junto a esta comunidade quem tem experiência e bom relacionamento junto às agências de financiamentos.

4.4 Proposta de Estrutura Organizacional

A idéia básica desse objetivo é a implantação de uma unidade de orientação a projetos que atenda a comunidade de UFPR e tenha as seguintes atribuições:

- Encaminhamento e negociação de projetos junto a agências financiadoras;
- Atuação integrada com os órgãos de cooperação internacional da UFPR para elaboração e proposição de projetos a agências e instituições estrangeiras;
- Acompanhamento e avaliação dos projetos durante a sua execução, e elaboração de relatórios e a divulgação dos resultados;
- Proposição de modificações e a suplementação dos recursos necessários para conclusão de projetos;
- Manutenção de cadastro sobre agências de cooperação técnica e financeira;
- Orientação para apresentação de projetos e relatórios;
- Promoção de estudos sobre as potencialidades institucionais e setoriais da Universidade;
- Articulação com Fundações e apoio a núcleos interdisciplinares e outros órgãos da UFPR envolvidos com projetos.

Para cumprir estas atribuições e prestar estes serviços são apresentadas duas possibilidades de estrutura organizacional que poderia comportar esta unidade de orientação a projetos.

1. Criação de uma Fundação

A partir de 1975, começaram a ser criadas fundações junto às Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente junto às Federais (IFES), com a finalidade de dar apoio e suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Em 1994, foi aprovada a Lei no 8.958, que dispõe sobre as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior, de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.

As fundações são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa, sendo dotadas de personalidade jurídica própria, o que lhes permite firmar convênios e contratos, executando administração individualizada para cada projeto ou atividade.

As fundações, com funções e estrutura especializadas, adequadas às necessidades de captação e gerenciamento de recursos para projetos, dispõem de informações sobre política e procedimentos de agências de fomento e financiamento, nacionais e internacionais.

Além do apoio aos projetos das IFES, as fundações de apoio, à semelhança dos seus departamentos e unidades, podem também prestar serviços a outras instituições e empresas na captação, preparação e gerenciamento de projetos.

No entanto, nem todas as fundações alcançam um grau de desenvolvimento que lhes permita desempenhar, de modo pleno, as atividades acima mencionadas.

Quanto a elaboração de projetos, as fundações podem prestar os seguintes serviços:

- Identificação de fontes e programas de financiamento adequadas a cada projeto;
- Identificação de áreas de competência nas IFES para atendimento a demandas da sociedade;
- Assessoria à elaboração dos diversos tipos de projetos (pesquisa, curso, evento, prestação de serviços, P&D, infra-estrutura etc.), incluindo orçamentação;
- Edição, reprodução, encaminhamento e acompanhamento das propostas aos financiadores ou contratantes.

No que se refere a assessoria à contratação de projetos, as fundações podem desempenhar as seguintes atividades:

- Exame ou elaboração de convênios e contratos, observando-se as necessidades, interesses e obrigações de executores e financiadores/contratantes, contando para tal com assessoria jurídica e gerencial;
- Assessoria gerencial e jurídica ao pesquisador, em articulação com as áreas de competência das IFES, para os casos de propriedade industrial/patentes e/ou transferência de tecnologia

A execução de todos os itens de dispêndios e a organização e controle da documentação relativa aos convênios e contratos também são realizados diretamente pelas fundações, tais como:

- Contratação e administração de pessoal, previstos nos convênios;
- Compras de bens e serviços no mercado interno e externo;
- Administração financeira dos recursos conveniados;
- Prestação de contas: assessoria à configuração dos relatórios técnico-científicos e elaboração do relatórios financeiros, cumprindo-se normas e exigências de financiadores;

- Contabilidade, consistindo na escrituração e confecção de relatórios e livros legais dos convênios/contratos, organização e manutenção de arquivos da documentação pertinente;
- Controle patrimonial do bens adquiridos em convênios/contratos, fazendo-se as doações e transferências pertinentes;
- Assessoria jurídica à execução de convênios e contratos.

Para que as fundações, no desenvolvimento de suas atividades, as executem de forma compatível com as diretrizes e políticas das suas instituidoras, cabe a estas definir critérios, recursos e instrumentos para realizar o seu controle finalístico.

Assim, justifica-se amplamente o papel que as fundações podem desempenhar como interface entre as instituições executoras de C & T e as Fontes de Financiamento à C & T.

2. Instituir uma Unidade de Orientação a Projetos junto a PROPLAN

Existe junto a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, a proposta de se instituir uma Coordenadoria de Convênios e Relações Internacionais.

Atualmente esta unidade faz unicamente o controle e o acompanhamento dos convênios firmados pela Universidade, não obstante exista uma minuta de regimento interno que estabelece as seguintes competências para aquela coordenadoria:

- Coordenar e acompanhar os processos e trabalhos referentes a captação de recursos e convênios, desenvolvendo modelos e metodologias, analisando e emitindo parecer sobre propostas, encaminhando e programando as atividades e meios pertinentes;
- Estudar, minutar, propor modificações e normas à atividade de Convênios e Captação de Recursos de que a UFPR participa, fiscalizando-os até o respectivo término;
- Garantir de acordo com o Plano de Gestão e a linha programática da Administração Superior da Universidade, a preservação de sua autonomia e identidade na captação de recursos, a qual pode ser feita através do ingresso de recursos físicos e/ou monetários por prestação de serviços ou convênios e de redução de custos e/ou gastos com retorno para a comunidade universitária;

- Identificar e manter relacionamento com fontes de recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, procurando definir formas de acesso e relacionamento a áreas de projetos específicos, informando constantemente à comunidade universitária;
- Auxiliar no gerenciamento dos recursos captados;
- Elaborar na definição da política de aplicações de recursos, indicando formas de financiamento, com ou sem contrapartida interna, de investimento e repasses;
- Promover articulações entre as diversas unidades da Universidade, com a finalidade de difundir informações e zelar pela agilização do processo, integrando os vários programas e projetos e assegurando aos mesmos coerência, de modo a manter o caráter público e gratuito da Instituição.

A estas competências definidas no regimento interno da PROPLAN para a coordenadoria de convênios e relações internacionais poderiam ser agregadas as atribuições já explicitadas para a unidade de orientação a projetos, de modo a complementar as atividades daquela coordenadoria e ao mesmo tempo maximizar o uso de seus recursos.

Isto implicaria em alterações no regimento interno da PROPLAN, atribuindo-lhe novas competências, sendo que para o desempenho dessas novas atribuições, poderiam ser utilizados a sua infra-estrutura de instalações, equipamentos e mobiliário.

Em termos de recursos humanos estima-se que seriam necessários 2 (dois) técnicos de nível superior com experiência em projetos.

Esta opção de se aproveitar uma estrutura já existente, melhorando o gerenciamento de seus recursos e dando-lhe novas atribuições, apresenta-se uma como uma alternativa viável e menos onerosa do que a criação de uma fundação ou reestruturação da FUNPAR.

4.5 Viabilidade da Implantação de uma Unidade de Orientação a Projetos

Tendo em vista a crise financeira por que passam a quase totalidade das IFES, a iniciativa de se instituir uma unidade de orientação a projetos na UFPR em muito contribuiria com a instituição, na medida em que proporcionaria a comunidade universitária envolvidas ou interessadas na elaboração e apresentação de projetos, reais subsídios para este fim.

A possibilidade de implantação dessa unidade junto a Coordenadoria de Convênios e Relações Internacionais da PROPLAN, apresenta-se inicialmente como a alternativa mais viável, em termos econômicos-financeiros, técnicos e políticos.

Em termos financeiros, econômicos e técnicos, poderiam ser utilizadas a infra-estrutura, as instalações, os equipamentos e móveis da própria unidade da Pró-Reitoria. Seria necessário, a alocação de mais recursos humanos. A contratação ou mesmo a realocação de pessoal é uma possibilidade que não traria ônus para a Universidade.

Estima-se que seriam necessários dois servidores técnicos-administrativos de nível superior, preferencialmente com formação em administração, economia ou outras áreas afins, com alguma experiência em projetos e fontes de financiamento.

Mesmo servidores de UFPR com interesse na área de projetos e captação de recursos, particularmente os que concluíram o curso de gestão universitária nessas modalidades, poderiam ser aproveitados para comporem os quadros de pessoal da unidade de orientação a projetos.

Desse modo, utilizando-se recursos humanos da própria Universidade, não haveriam custos para instituição. Apenas custos na formação e reciclagem de conhecimentos destes técnicos que seriam encarados como investimento da Universidade em capital humano.

Esta opção de se utilizar uma estrutura já existente, garantiria um melhor gerenciamento dos recursos da unidade, valorização profissional dos recursos humanos, além de ser menos onerosa que criação de uma fundação ou da reestruturação da já existente.

Em termos políticos, a iniciativa de propor novas atribuições aquela unidade deveria partir do próprio Reitor, junto ao Conselho Universitário e ao Conselho de Planejamento e Administração da UFPR, através de portaria.

Esta iniciativa seria de grande importância para a UFPR, tendo em vista a possibilidade da autonomia universitária e da ampliação dos serviços prestados pela instituição, garantido dessa forma mais alternativas na geração de recursos extra-orçamentários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Contador, Cláudio R. – Avaliação Social de Projetos – São Paulo: Ed. Atlas, 1981.
2. Cunha, João Carlos da – Projeto Técnico – Apostila – Curitiba, s.n.t. 1998.
3. Woiler, S., Matias, W. F. – Projetos :planejamento, elaboração e análise – São Paulo: Atlas, 1994.
4. Guias de Fontes de Financiamento à Ciência e Tecnologia – CNPq – 10ª ed. 1998.
5. FINEP – Como Obter Financiamento 1998 – 4ª ed. Out/1998.